

A penitência de Milão. Uma proposta interpretativa para as relações entre Ambrósio e Teodósio.

MARCUS CRUZ*

Os trágicos acontecimentos ocorridos em Tessalônica no ano anterior continuam a conturbar o reinado de Teodósio. Uma carta enviada pelo bispo de Milão, Ambrósio, em junho de 391, tratando e censurando as atitudes do imperador perturba profundamente a alma de Teodósio que acorre a catedral da cidade para assistir as preces públicas e, principalmente, participar dos Santos Mistérios. Até aqui nada de muito novo, diversos outros homens, ao longo da história romana, haviam criticado a conduta dos imperadores ainda que a maioria deles o tenha feito após a morte deste e muitos daqueles que o fizeram, com o soberano no poder, perderam sua vida pela ousadia.

O insólito acontece a seguir, Ambrósio impede Teodosio de entrar na Igreja e portanto de acompanhar as preces públicas e, principalmente, de participar dos Santos Mistérios. Durante vários meses o imperador ficou sujeito a esta interdição de participar plenamente da comunidade evangélica. Somente nas festividades natalinas e após fazer penitência pública é que finalmente o soberano é totalmente reintegrado a congregação cristã.

A imagem de Teodósio paramentado com a púrpura imperial, mas ajoelhado diante de Ambrósio, vestido com uma luxuosa vestimenta cerimonial foi amplamente difundida nos ambientes eclesiásticos nos séculos seguintes, especialmente entre a segunda metade do século XVI e início do XVII período no qual Federico Barocci pinta o afresco *O perdão de Ambrósio a Teodósio* na catedral de Milão que em seguida recebe outro afresco desta vez de Antoon van Dyck intitulado *Santo Ambrósio impede Teodósio I na catedral de Milão*. Com essas obras pictóricas são representadas as duas principais cenas do episódio da penitência de Teodósio.

* Universidade Federal de Mato Grosso.

Tais episódios seriam inacreditáveis para qualquer romano que tivesse vividos poucos anos antes do transcurso dos fatos e mesmo para nós mais de mil e quinhentos anos depois ainda causam certa estranheza e, principalmente, dificuldades interpretativas.

À primeira vista os acontecimentos não parecem oferecer muitos problemas para os historiadores. O entendimento é claro. O imperador cristão se submeteu aos ditames do bispo. A autoridade temporal se submeteu ao poder espiritual. Estamos diante de um episódio que marca uma inflexão na relação entre Império e Igreja, pela primeira vez um imperador coloca sua condição de cristão acima da sua condição de soberano. Na longa querela entre o poder temporal e o poder espiritual que marca indelevelmente a teoria política medieval, a imposição da contrição a Teodósio por Ambrósio, por assim dizer, antecipa em sete séculos a conhecida “penitencia de Canosa”, além de ser um marco primordial da progressiva supremacia eclesiástica sobre as instituições estatais.

No entanto, a tarefa primordial dos historiadores é problematizar, pelo menos desde a “revolução” historiográfica dos Annales e a sua concepção de história-problema (BURKE, 1991). Especificamente neste texto pretendemos discutir, fundamentalmente, a interpretação corrente acerca da “penitência” de Teodosio.

A historiografia interpretou esse episódio de duas formas fundamentalmente. Uma parcela dos historiadores tende a minimizar o ocorrido como faz Gonzalo Bravo afirma em recente biografia do imperador, sintomaticamente intitulada **Teodósio. Último emperador de Roma, primer emperador católico**, afirma o autor : “*El enfrentamiento entre el emperador Teodosio y el obispo Ambrosio de Milán a fines de siglo es quizás la más notória de estas disputas* (entre o poder imperial e a autoridade episcopal), *pero hubo otras similares*” (BRAVO CASTAÑEDA, 2010: 183) . O erudito hispânico tem razão ao afirmar que a disputa entre Teodósio e Ambrósio não foi a única querela entre o estado tardo romano e os

bispos cristãos, mas foi apenas neste caso que um imperador foi obrigado a fazer penitência, portanto esse confronto não apenas o mais notório, ele é bastante singular, podemos mesmo dizer único.

Gonzalo Bravo continua sua investida para minimizar o conflito entre Teodósio e Ambrósio ao afirmar:

“Em cualquier caso, a la muerte del emperador em 395, em Milán, Ambrosio escribió un opúsculo (De obitu Theodosii) en el que el emperador es loado no solo como buen dirigente, sino también como buen cristiano ‘que forma parte ya de la asamblea de los santos’ (BRAVO CASTAÑEDA, 2010:185).

Não podemos esquecer dois elementos que possivelmente expliquem as palavras de Ambrósio, de que Teodósio após sua morte fazia parte da assembleia dos santos e, portanto, que tinha conseguido sua salvação e o descanso eterno pleno das bem-aventuranças celestiais. Em primeiro lugar o costume difundido no IV século, e não apenas nesta centúria, da redação de elogios fúnebres, especialmente quando o morto era o imperador. Por outro lado a política religiosa de Teodósio foi, na maior parte dos casos, amplamente favorável às autoridades eclesiásticas particularmente aquelas vinculadas e defensoras do credo niceniano como era o bispo de Milão.

Em suma, entendemos que a visão positiva de Teodósio apresentada por Ambrosio no *De obitu Theodosii* não deve escamotear o grave conflito havia entre eles ao longo do período que o imperador permaneceu na porção ocidental do Império Romano entre os anos 388 a 391 (SORDI, 1988).

Outra parcela da historiografia interpreta o episódio como um triunfo da Igreja sobre o Império, do poder espiritual sobre o poder temporal. Estaríamos diante dos primórdios da supremacia da autoridade eclesiástica em relação às instituições estatais. Podemos ler num historiador da Igreja do século XIX como Albert de Broglie as seguintes afirmações na sua obra *L'Église et l'Empire Romain au IV siècle*:

“Le triomphe de l’évêque et celui de l’Évangile étaient complets: complets surtout dans l’esprit des peuples...Le fait réproûve par Ambrose était un odieux usage d’un pouvoir légitime, mais non une usurpation du droit d’autrui. Théodose avait usé du glaive avec la cruauté d’un bourreau, mais il n’avait ni violé le tabernacle ni porté la main sur l’encensoir: Il était resté rigoureusement sur son propre territoire, tout en le baignant de sang humain. C’était là, c’était sur ce domaine indépendant de la justice séculière et de la souveraineté politique, qu’un simple prêtre faisait son entrée, le verbe et le front hauts, la main levée pour pardonner ou pour maudire au nom de celle loi morale qui régit tout et à laquelle être humain ne peut, pas même à l’abri d’un trône, avoir la prétention d’échapper. Première apparition dans le monde d’un droit délicat et suprême qui git aux confins obscurs où les pouvoirs politiques et spirituels se heurtent et se confondent”
(DE BROGLIE, 1882:319-321)

As palavras iniciais da citação acima é cristalina, qual seja, o triunfo do bispo e do evangelho foi completa, ou seja a vitória do poder espiritual é total e absoluta em relação a autoridade imperial. Numa história da Igreja publicada, na Alemanha, mais de um século depois daquela de De Broglie a ideia do triunfo do poder eclesiástico continua presente ainda que em termos menos categóricos, é verdade, cito:

“Por outro lado, o bispo(Ambrósio) não deixou de criticar o soberano(Teódosio), obrigando-o publicamente a fazer penitência quando, por causa do assassinato de um oficial em Tessalônica, mandou liquidar todos os espectadores no teatro local. No decurso do século IV, o encontro entre a Igreja e o Estado romano várias vezes foi objeto de críticas como base na fé; relutava-se contra uma solução segundo o modelo da antiguidade pagã.

Com a política religiosa do imperador Teodósio, a integração do cristianismo no Império Romano atingiu seu ponto mais alto. Ao mesmo tempo tornou-se mais aguda a consciência do caráter duvidosa dessa coordenação entre Igreja e Estado; as reservas nasciam da própria fé.” (LENZENWEGER, 2006: 76)

Ora, a ênfase em que as dúvidas sobre a forma assumida pelas relações entre o Império Romano ou a Igreja até então parte da própria fé cristã que reluta em aceitar o modelo clássico, ou seja a subordinação da autoridade eclesiástica ao poder estatal, segundo o autor, e portanto, busca construir uma alternativa a este paradigma. Esta alternativa se constitui pela inversão da relação e consequentemente pela subordinação do Império a Igreja.

A historiografia brasileira também se debruçou sobre a questão reforçando a interpretação que a penitência de Teodósio marca o início da superioridade da autoridade eclesiástica sobre o poder temporal como defende o Prof. Ricardo da Costa em conferencia no **XXII Encontro Monárquico do Rio de Janeiro** e publicado na página do docente, que afirma:

“Uma das primeiras manifestações da supremacia – melhor dizer primazia – do poder espiritual sobre o temporal ocorreu com o imperador Teodósio I (347-395), o mesmo que, em 380, fez do Cristianismo a religião oficial do Império (Edito de Tessalônica). A história é muito paradigmática daqueles tempos turbulentos. O imperador publicara um decreto que condenava à morte quem praticasse a pederastia. O governador imperial da Tessalônica, Boterico, aplicou a lei e prendeu um conhecido auriga que havia seduzido um servo do imperador. A população exigiu sua libertação. Como o governador se opôs, o povo dominou a guarnição e o linchou, desfilando vitoriosamente pelas ruas com partes de seus membros como estandartes.

Furioso, Teodósio ordenou represálias. A população foi convidada para assistir jogos no hipódromo. Escondidos, soldados massacraram cerca de 7.000 pessoas, no episódio que entrou para a História como o Massacre de Tessalônica (390). O imperador expediu uma segunda ordem que atenuava a primeira, mas chegou tarde.

Ambrósio (c. 337-397), bispo de Milão, escreveu ao imperador e disse que não celebraria missa em sua presença até que demonstrasse publicamente arrependimento...

Teodósio tentou entrar na igreja, mas foi sumariamente barrado pelo bispo. Após algumas tensas semanas, o imperador finalmente cedeu: despiu-se de todas as insígnias imperiais, vestiu um saco de penitência e pediu perdão por seus pecados. O bispo aquiesceu. César deveria obedecer à moral cristã. Mais tarde, o próprio imperador confessou que Ambrósio fê-lo compreender o verdadeiro papel de um bispo cristão. Surgia assim um novo paradigma ético a regular o comportamento dos governantes.”

Como afirmamos anteriormente o principal trabalho do historiador é problematizar, é recolocar questões, é tentar outros ângulos de investigação para antigos problemas. A perspectiva que propomos para analisar a penitência de Teodósio é entender esse episódio é, em primeiro lugar, ressaltar o seu caráter de conflito, porém não somente o confronto entre o poder temporal e o espiritual, entre Império Romano e Igreja, esta não é a querela principal que move os acontecimentos, a luta essencial se dá entre grupos aristocráticos que disputam espaço na corte imperial teodosiana.

Nossa hipótese é que a chegada ao trono imperial do hispânico Teodósio significou o acesso aos altos cargos da burocracia estatal de um novo grupo aristocrático, em sua essencial oriundo da Hispania e das Gálias, que se não substituiu integralmente círculo nobiliárquico da dinastia valentiniana passa a concorrer fortemente com este. É o que observamos acontecer em Constantinopla quando Teodósio é investido da púrpura e que se repetirá após a morte de Graciano que permitirá ao imperador do Oriente reunificar pela última vez o território e o poder no Império.

Neste sentido não podemos esquecer que Ambrósio teve uma destacada participação na corte do imperador Graciano, tal fato, em nossa perspectiva, decorre não somente de sua condição de bispo, mas também, e fundamentalmente, das suas origens aristocráticas e de sua vinculação ao círculo nobiliárquico que controla o palácio imperial (DE BROGLIE, 1906). A ascensão de Teodósio ao trono da porção ocidental do Império Romano e, principalmente, sua presença na Península Itálica faz com que,

assim como tinha acontecido em Constantinopla, membros do grupo aristocrático ligados ao novo imperador fossem contemplados com importantes cargos, senão alijando, pelo menos diminuindo as oportunidades do exercício das principais magistraturas aos integrantes da elite ligada ao imperador anterior como era o caso de Ambrósio e do grupo aristocrático a qual se vincula (MATTHEWS, 1975).

Nossa proposta analítica se sustenta, por conseguinte, em dois argumentos, fundamentalmente, em primeiro lugar a comprovação da existência de um grupo aristocrático que apoia a ascensão ao trono imperial e posteriormente o reinado de Teodósio e que passa a ocupar, não exclusivamente, mas em proporção significativa os principais cargos burocráticos do Império Romano.

O segundo argumento é que a política religiosa de Teodósio foi amplamente favorável a Igreja, especialmente, aquela porção partidária do credo niceniano, como Ambrósio. Apesar disso o bispo de Milão, segundo André Piganiol em sua obra clássica **L'empire chrétien**, nunca perdeu a oportunidade de humilhar o poder imperial, litigando em diversas oportunidades com Teodósio, o imperador que pelo Édito de Tessalônica (380) tornou o cristianismo religião oficial do Império Romano.

A ascensão de Teodósio ao poder imperial não é um fato isolado, mas sim se insere em um contexto histórico marcado por alguns elementos bastante significativos, dentre os quais, uma clara instabilidade política no Ocidente em que a morte de Flávio Teodósio é um dos episódios mais destacados, especialmente para a aristocracia hispânica. Por outro lado, a situação das fronteiras orientais do Império que enfrentavam o avanço germânico e que redundaria no desastre de Adrianópolis com a morte do imperador Valente no campo de batalha (LIZZI, 1998).

A decisão de Graciano de elevar a púrpura imperial Teodósio era por um lado a tentativa de responder ao desafio militar imposto pelos godos, mas também o resultado de pressões de parte da aristocracia gala, principalmente dos senadores ligados a Ausonio, como também aos nobres de Roma liderados por Símaco (GONZALO

BRAVO, 2010: 88). Sem esquecer, evidentemente, parte significativa da aristocracia hispânica, região da qual o novo imperador era originário e pertencente a este grupo social e político.

Em suma, Teodosio chega ao poder apoiado em grupo político heterogêneo composto dos membros da aristocracia hispânica, romana e das Gálias, nas quais encontramos pagãos, cristãos arianos e cristãos nicenianos. Integrantes deste staff passam a ocupar importantes cargos na administração imperial como por exemplo Eutrópio, *praefectus praetorio* do Oriente em 379, ano seguinte a ascensão de Teodósio ao trono imperial ou Saturninus, *magister militum* no ano de 382.

Aprofundando essa análise da ocupação dos cargos imperiais podemos perceber que a parcela oriunda das Gálias do grupo de apoio de Teodósio controlou importantes magistraturas no Ocidente: em 379, apenas a guisa de exemplo, enquanto Potitus era vicário de Roma, Siagrio exerceu o proconsulado em Africa. No mesmo ano Ausonio (Junior) exerceu a prefeitura do pretório das Galias, Arborio foi *comes sacrarum largitionum*, enquanto Próculo Gregorio assumiu o cargo de *quator sacri palatii* e o próprio Ausonio exerceu o consulado ordinário.

Já a parcela romana do grupo “limitou-se” as tradicionais magistraturas da cidade de Roma, como o consulado exercido em 391 por Tatiano e Quinto Aurélio Símaco, por seu turno Nicómaco Flaviano era nomeado *praefectus praetorio* da Itália. Enquanto a aristocracia hispânica exercia seu poder fundamentalmente junto a corte em Constantinopla (LIZZI, 2006).

Em suma, Teodósio em seu reinado se apoiou amplamente no grupo que o permitiu ascender ao trono, recompensando os membros destas aristocracias com cargos importantes na administração imperial, para tanto teve que senão alijar outros grupos do poder, pelo menos restringir dramaticamente a participação deles. Pois bem, entre estes encontrava-se aquele a qual Ambrosio pertencia, que reforçamos, teve destaca atuação e participação na corte de Graciano. Portanto, entendemos que este afastamento do poder

estatal e dos cargos administrativos é um forte elemento motivador do conflito entre o bispo de Milão e Teodósio.

Esta hipótese se reforça se observarmos a política religiosa o fundador da dinastia teodosiana. Em matéria religiosa Teodósio mostrou sempre uma postura francamente aliada aos partidários do credo niceniano. Em 380, seis meses antes de Graciano condena todo o tipo de heresia e ordena que todos os seus súditos cristãos professem a fé de Nicéia como foi definida por Damaso e Pedro de Alexandria. Nas cidades onde os episcopados eram ocupados por bispos arianos, utilizando muitas vezes a força, substitui-os por clérigos adeptos do credo niceniano. Além disso, durante seu governo por sua iniciativa se reuniram diversos concílios, como os de Constantinopla (381, 382 e 383). O imperador promulgará diversos éditos tendo por base decisão conciliares, além de utilizar o braço secular do Império em favor da Igreja niceniana (PALANQUE, 1936).

No entanto, se a política religiosa de Teodósio foi francamente favorável a Igreja de credo niceniano isto não significou o abandono ao grupo aristocrático que o havia apoiada na ascensão a púrpura imperial, mesmo aos membros que eram pagãos. Em 391, Nicómaco Flaviano é nomeado *praefectus praetorio* da Itália e Quinto Aurélio Símaco, outro ilustre pagão é escolhido cônsul neste mesmo ano.

Ora, não podemos esquecer que é neste fatídico 391 que Ambrósio impede Teodósio de participar dos ritos da comunidade cristã e lhe impõe a penitência como forma de reconciliação com a Igreja.

Temos, então, a seguinte situação um imperador cuja política religiosa, sem lugar a dúvidas, é amplamente favorável a Igreja e ao cristianismo niceniano, mas que também encontra-se vinculado a um grupo de aristocratas hispânicos, galos e romanos que o permitiu chegar ao poder e que recebe como recompensa por este apoio importantes cargos na burocracia imperial, algo que significa uma reordenação política

com perda de importância de outros grupos aristocráticos como aquele que se incluía Ambrosio profundamente beneficiado durante o reinado de Graciano.

Evidentemente que o massacre de Tessalônica foi um acontecimento grave, mas não um fato incomum na história romana, e o próprio imperador percebendo seu equívoco mandou suspender a ordem, ainda que sem sucesso. Portanto, apesar da gravidade do ocorrido as atitudes e a política de Teodósio para com a Igreja deveriam garantir ao imperador “uma certa compreensão” de Ambrósio, já que o mesmo não mostrou a mesma rigidez com Graciano muito menos favorável a Igreja do que seu sucessor.

A rigidez da postura de Ambrósio se explica, pelo menos em nossa interpretação, pela perda de prestígio e poder por parte do grupo político no qual o bispo de Milão se inseria. Talvez as nomeações de Nicómaco Flaviano para *praefectus praetorio* da Itália e de Quinto Aurélio Símaco para o cónsulado em 391 tenha se constituído como a derradeira demonstração de desprestígio de Ambrósio e o tenha levado a radicalizar sua atitude contra Teodósio.

Para finalizar, reintero a necessidade do historiador problematizar e recolocar as questões, reavaliar antigos problemas a partir de outros ângulos analítico. Foi isto que procurei realizar neste texto, mas tenho a percepção de que minha proposta interpretativa precisa ser aprofundada e aperfeiçoada, mas também entendo que esta é a função do debate acadêmico necessariamente honesto intelectualmente e conduzindo dentro do mais alto espírito científico e da ética profissional. Portanto convido a todos ao debate.

Referências bibliográficas

AMBRÓSIO DE MILÃO. *De obitu Theodosii*. In MIGNE. *Patrologia Latina XVI*, p.1385-1408. Disponível no endereço eletrônico:

http://www.documentacatholicaomnia.eu/18151875_Migne_Patrologia_Latina_01_Rerum_Conspectus_Pro_Tomis_Ordinatus_MLT.html#Migne_Patrologia_Latina_Volumen_016. Acesso em 17 de março de 2013.

BRAVO CASTAÑEDA, Gonzalo. *Teodósio. Último emperador de Roma, primer emperador católico*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2010.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

COSTA, Ricardo. *A Gênese da Monarquia no Ocidente Cristão (sécs. IV-VI)*. Conferência proferida no **XXII Encontro Monárquico do Rio de Janeiro** em 30 de junho de 2012. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ricardocosta.com/artigo/genese-da-monarquia-no-ocidente>. Acesso em 20 de março de 2013.

DE BROGLIE, Albert. *L'Église ET l'Empire Romain ai IV siècle*. Paris: Didier ET Cie Libraires Editeurs, 1882.

DE BROGLIE, Duca. *Sant'Ambrogio*. Roma: desclée, Lefebvre e Comp. Editori, 1906.

LENZENWEGER, Josef ET alli. *História da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2006.

LIZZI, Rita. **L'ascesa al trono di Teodosio I**. In TEJA CASUSO, Ramon e PÉREZ GONZÁLEZ, Cesareo (Eds). *La Hispania de Teodosio*. Salamanca: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1998. p. 135-148.

_____(Ed). *La transformazioni delle elites in età tardoantica*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2006

MATTHEWS, John *Western Aristocracies and Imperial Court A.D. 364-425*. Oxford: Claredon Press, 1975.

PALANQUE, Jean-Remy; BARDY, Gustave; DE LABRIOLLE, Pierre Champagne *De la paix constantinienne à la mort de Théodose*. Paris: Bloud & Gay, 1936.

PIGANIOL, André. *L'Émpire Chrétien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

SORDI, Marta. **La concezione política di Ambrogio** In V.V.A.A. *I Cristiani e l'Impero nel IV secolo*. Macerata: Università degli studi di Macerata, 1988 p. 143-165.